

RICARDO SEMLER

Ben Johnson não é o único que vai mais rápido ao longe. O consultor-geral deste país também é bom das pernas. Como bem sabemos, tudo é relativo, e as leis do País se prestam maravilhosamente para interpretações variadas. Assim, nada mais justo do que nosso maranhense atribuído ter quem leia e lhe explique as leis. Num país dramático e encenado como o nosso, também nada mais natural do que um interpretador-mor de leis com cara de cantor de tangos, como disse Renato Archer. Vejamos algumas pérolas da-quele que não pôde ir à promulgação da Constituição por estar "ocupado em casa, redigindo decretos". Algo como ficar em casa cuidando dos cachorros, não lhes parece? Só que neste caso os cachorros vêm soltos no dia seguinte.

A Constituição tem, para os que não sabiam, três passos distintos. No primeiro, a rapaziada vai a Brasília sob a impressão de que foi eleita para decidir alguma coisa. Nessa fase, o governo fica buzinando no ouvido de parlamentares, e fazendo ameaças veladas de golpes e força bruta, caso os garotos exorbitem. Na segunda fase, a atual, presidente e comparsas lêem o texto, levam um susto, atendem a filas de amigos queixosos e encomendam pareceres que dizem: "Não é bem isso aí que você leu". Na terceira grande fase é dada uma negra, uma revanche, aos que perderam alguma coisa. É o período em que se joga para a lei ordinária a decisão de tudo o que ficou indeciso na Constituinte. O que, convenhamos, não foi pouco. Ganham-se assim dois a três anos, e os que queiam ver mudanças têm tempo para tentar eleger os Jânios da vida.

Tomem-se o exemplo do habeas data. É mais fácil termos um habeamus papa do que vivermos para ver o SNI distribuindo as suas fichinhas por aí. Mas, graças aos novos ventos

da democracia, o dr. Saulo intercedeu incisivamente — quem quiser saber se o seu endereço, CIC e código postal estão corretos pode imediatamente impetrar o seu habeas data no Supremo. Afinal, pode ser que o SNI queira lhe mandar um cartão neste Natal...

Coisa parecida acontece com o tabelamento dos juros. Não resta dúvida de que os 12% do Gasparian são coisa de quem teve a sua educação em economia através da Barsa. Porém, agora há que se achar uma forma de fazer o dispositivo funcionar, ao menos em seu espírito. E o espírito, mesmo para quem faz decreto como lição de casa, é claríssimo. O Congresso observa lucidamente a liberdade excessiva que caracteriza os bancos no País. O espírito é o de diminuir, um pouquinho que seja, a voracidade do braço financeiro do País. Declaração curiosa foi a de um diretor do Bradesco, dias atrás, no sentido de que era uma insensatez essa coisa de pagar qualquer tipo de juro ou remuneração ao depositante. Ele deixou claro que não poderia manter todas as sorridentes garotas do Bradesco empregadas se, Deus nos livre, tivesse de devolver ao correntista a mesma soma que ele depositou. O Bradesco, que confia em Deus até em seus princípios impressos, depende de aplicar o dinheirinho do depositante no over, devolvendo-lhe apenas os velhos cruzados históricos, para ganhar o seu lucro cristão. Amém.

Miopia tem aquele que ainda acha que são contra os lucros apenas os comunistas. Este empresário que vos fala acredita piamente no lucro, no sistema capitalista é em tudo que isto significa. Mas, lamentavelmente, acredita também no lucro justo, equitativo. Reservas de mercado que auxiliam apenas amigos do Presidente e de seu escudeiro legalista não criam riqueza alguma para o capitalismo nacional. Apenas

transferem recursos de quem pouco ganha para quem muito auferir. Todo centavo que vai para os cofres de bancos sai da demanda de produtos e serviços. É simplório.

Assim, há que se pensar em maneiras positivas de fazer com que passemos de uma sociedade que beneficie apenas os amigos do rei, e caminemos para um mundo moderno onde a competência distribua o lucro a seu modo. Esconder-se atrás das saias de consultores não é solução.

O mesmo é verdade em relação à Lei de Informática. Sempre fui considerado inimigo figadal da reserva de mercado. Apesar de me beneficiar com ela, enquanto empresário com negócios no setor. Porém, fico desanimado quando a fórmula encontrada para esvaziar a Lei, e a SEI, é a da facada pelas costas. Apesar dos progressos recentes da SEI, ainda havia bastante a melhorar, mas não desta forma canhestra. O irônico é que todas as articulações feitas à época da retaliação americana esbarravam na posição inamovível do próprio presidente, que a defendia como se tivesse a informática brotado do Norte das Águas. Quem vê o país de fora faz força para conter o riso.

Mesmo neste fim de feira, há que se fazer de conta que, em algum lugar bem escondido, ainda existe seriedade. Ou, ao menos, hombridade para encarar os problemas de frente. Brincar de transformar a Constituição em queijo suíço é fácil — é óbvio que ela tem inúmeros flancos abertos. Proponho uma tréguia — será que, em troca de mais uma ferroviazinha e uma réplica completa do Vaticano no Maranhão (maior ainda do que a da Costa do Marfim), o presidente topa colocar o dr. Saulo de férias por 17 meses?

Ricardo Semler é empresário.

ESTRADA DE SÃO PAULO
13 OUT 1986